

ATA DA 276ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA – 2024 (VIRTUAL)

Data: 30/07/2024

Início: 10h00

Término: 12h05

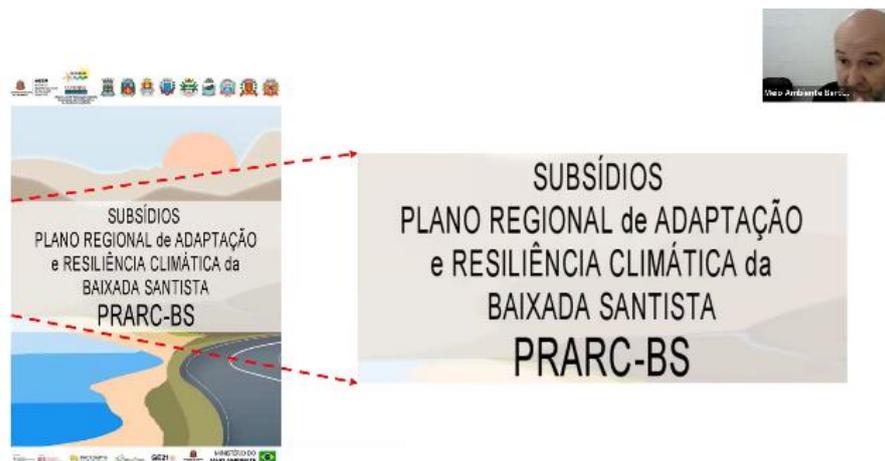
Link: <https://us02web.zoom.us/j/81157820109?pwd=ab1J3OPj248uB18InKvJ7RVVayrSxP.1>

O Sr. Presidente deu início à reunião. Ausentes representantes da FF, AMAB e Costa Norte. Representantes da Fundação 10 de Agosto justificaram a ausência.

Foi dispensada a leitura da ata anterior (275ª) pelo fato de a mesma ter sido encaminhada por e-mail aos conselheiros que não apresentaram nenhuma observação, sendo assim **APROVADA** por unanimidade.

PAUTA:

- 1. Apresentação dos subsídios do Plano Regional de Adaptação e Resiliência Climática da Baixada Santista:** o Sr. Presidente compartilhou tela e iniciou a apresentação.



Explicou que a Baixada Santista, desde 2019, vem trabalhando com capacitação voltada à adaptação e resiliência climática da BS. Junto com a AGEM e CONDESB tivemos proposta para elaboração de um plano regional de adaptação e resiliência climática da BS – PRARC-BS. O estudo está pronto. Esse plano seria submetido à aprovação do CONDESB, porém o MP pediu que isso não ocorresse porque não houve participação popular. A partir daí, optamos por não submeter o plano regional à aprovação, mas criar subsídios para ele. Que na verdade é o Plano Regional de adaptação às mudanças climáticas. A Câmara Temática do CONDESB de Meio Ambiente e Saneamento retomará o assunto para verificar o que precisa ser feito para que tenhamos não os subsídios, mas sim o Plano Regional. A intenção é mostrar o que vem acontecendo na BS e quais reflexos nos atingem diretamente. Saiu normativa do Município Verde Azul. Uma das diretrizes é que o município precisa ter um Plano Municipal ou Regional que trate de mudanças climáticas. Tendo o Plano Regional, seria desnecessário o Municipal. Ou, se entendermos que pela leitura do Plano Regional o município pode avançar em quesitos no âmbito local, contrataríamos um Plano Municipal.

Hoje apresentará o Plano Regional, sem se ater detalhadamente aos itens, mas sim, trazendo as premissas e a estrutura do plano. Ao final informará o link onde o Plano está disponibilizado.

ORIGEM

A Secretaria de Estado de Infraestrutura e Meio Ambiente de São Paulo (SIMA) firmou convênio de cooperação técnica junto a Agência Alemã.

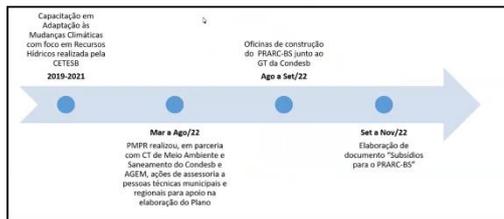
Os Subsídios ao Plano Regional de Adaptação e Resiliência Climática da Baixada Santista (PRARC-BS) configura-se como resultado desta cooperação técnica. Por meio de assessorias técnicas, representantes dos municípios da Baixada Santista, da Agência Metropolitana da Baixada Santista (AGEM) e o Grupo de Trabalho da Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista (Condesb) realizaram o ciclo de elaboração do Plano tendo como principal ponto de apoio o Guia de Adaptação e Resiliência Climática para Municípios e Regiões (SIMA, 2021).



Fonte: Guia de adaptação e resiliência climática para municípios e regiões (SIMA, 2021).

O plano é bem técnico e agora precisamos entender qual ação tomar para sair de subsídios e torna-lo Plano Regional. Esse guia é um ciclo PDCA, ciclo de melhoria contínua, que o governo do Estado elaborou especificamente para a questão da mudança climática. Explanou sobre a linha do tempo para elaboração dos subsídios, registrando que o primeiro período, da capacitação, ocorreu durante a pandemia e foi enorme desafio. Prosseguiu explanando sobre os objetivos.

LINHA DO TEMPO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA O PLANO DE ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA À MUDANÇA CLIMA DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA



OBJETIVO GERAL

Preparar a Região Metropolitana da Baixada Santista para o enfrentamento da mudança do clima em curso, contemplando a igualdade de gênero, a inclusão social, econômica e política de todas as pessoas, independentemente da idade, gênero, raça, condição econômica, garantindo a valorização do patrimônio histórico e cultural e a conservação de ecossistemas integrada a atividades geradoras de renda.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Minimizar os impactos negativos da mudança do clima prevenindo e respondendo a desastres e a problemas de saúde;
- Garantir a resiliência das principais atividades geradoras de renda para a região;
- Aumentar a resiliência da infraestrutura urbana, priorizando a Adaptação baseada em Ecossistemas (ABE) e infraestrutura verde e sustentável;
- Garantir a segurança hídrica da região.

Explicou que cada eixo é analisado tecnicamente por cada município com participação efetiva dos técnicos da CETESB. Toda essa análise resulta na tabela de Avaliação de Risco Climático de cada eixo. Como exemplo temos as medidas prioritárias de adaptação e resiliência e plano de ação para o monitoramento da medida, em cada eixo.

EIXO 1 - MINIMIZAÇÃO DOS IMPACTOS NEGATIVOS DA MUDANÇA CLIMÁTICA

AValiação de Risco Climático

COMPONENTE: AMEAÇA DO PERIGO

- Identificar os eventos de frequência e intensidade das eventos extremos de precipitação (alta variabilidade) e, como consequência, de inundação, seca, erosão, deslizamento, deslizamento de terra e consequentemente os efeitos nos ecossistemas, infraestrutura, população, atividades econômicas e serviços essenciais gerados por meio das mudanças climáticas.
- Identificar os eventos de frequência e intensidade das eventos extremos de seca (baixa variabilidade) e, como consequência, de escassez de água, impactos econômicos, sociais e ambientais, impactos na saúde humana e na biodiversidade.
- Identificar os eventos de frequência e intensidade das eventos extremos de ondas de calor (ondas de calor) e, como consequência, de impactos econômicos, sociais e ambientais, impactos na saúde humana e na biodiversidade.
- Identificar os eventos de frequência e intensidade das eventos extremos de ondas de frio (ondas de frio) e, como consequência, de impactos econômicos, sociais e ambientais, impactos na saúde humana e na biodiversidade.

COMPONENTE: EXPOSIÇÃO

- Identificar os elementos expostos em termos de pessoas, infraestrutura, atividades econômicas e serviços essenciais gerados por meio das mudanças climáticas.
- Identificar os elementos expostos em termos de infraestrutura, atividades econômicas e serviços essenciais gerados por meio das mudanças climáticas.
- Identificar os elementos expostos em termos de infraestrutura, atividades econômicas e serviços essenciais gerados por meio das mudanças climáticas.
- Identificar os elementos expostos em termos de infraestrutura, atividades econômicas e serviços essenciais gerados por meio das mudanças climáticas.

Tabela 3- Avaliação de risco climático do Eixo 1.

Componente de Risco Climático	Avaliação
Ameaça	Alta e muito alta de se concretizar
Exposição	Alta
Vulnerabilidade	Alta
Impactos	Alto
Avaliação de Risco Climático do Eixo 1	Alto risco e necessidade de ação

Fonte: Elaboração própria.

MEDIDAS PRIORITÁRIAS DE ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA E PLANO DE AÇÃO PARA O MONITORAMENTO DA MEDIDA

MEDIDA 1.1
Retomada, atualização e implementação do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais da Região Metropolitana da Baixada Santista com participação social e foco nas perspectivas de Direitos Humanos, Gênero e Adaptação baseada em Ecossistemas.

ENFOQUE EM GÊNERO E DIREITOS HUMANOS
Capacitações e/ou apresentações sobre Direitos Humanos, Gênero e Justiça Climática para participantes do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais da RMBBS, implementação de ações que garantam o enfoque em gênero e direitos humanos.

ENFOQUE EM ABE
Capacitações sobre a metodologia de ABE e proposta de medidas ABE e seu monitoramento para o Programa

GRAU DE PRIORIDADE
Alta

ATIVIDADES ENVOJADAS

1. Entrar em contato com Grupo de Articulação de Ações Executivas (GAEE) do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos (PDN) para comunicar que a RMBBS tem interesse em retomar o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais da Região Metropolitana da Baixada Santista (PDN-RMBBS) iniciado em 2018;
2. Enviar convite oficial para todas as secretarias municipais e definir quem do GAEE vai participar do GT como ponto focal;
3. Oficializar a criação do Grupo de Trabalho da atualização do PDN-RMBBS;
4. Após oficialização do GT PDN-RMBBS, identificar e convidar atores da sociedade civil, setor público e universidades para participarem do GT de forma flex;
5. Criar um plano de trabalho para a atualização do PDN-RMBBS (período, etapas, horários e formatos das reuniões);
6. Realização de medidas já identificadas no PDN-RMBBS de 2018 e no Projeto Municípios Paulista Resilientes (assessoria para a elaboração do Plano Regional de Adaptação e Resiliência Climática da Baixada Santista) e identificação de outras medidas, caso necessário;
7. Selecionar medidas para compor o PDN;
8. Selecionadas as medidas, atualizar dados e detalhar o programa;
9. Implementação do programa.

ODS RELACIONADOS

Mesmo procedimento para os demais eixos.

EIXO 2 – Garantia de resiliência das principais atividades geradoras da região



3277 - Garantia de resiliência das principais atividades geradoras da região

Objetivo do Plano de Ação: Avaliar o nível de resiliência das principais atividades geradoras da região, considerando os impactos das mudanças climáticas e a capacidade de adaptação das comunidades locais.

Justificativa: A região de Bertioga enfrenta desafios significativos relacionados às mudanças climáticas, como o aumento do nível do mar e a ocorrência de eventos climáticos extremos. É essencial avaliar a resiliência das principais atividades geradoras da região para garantir a sustentabilidade e a qualidade de vida da população.

Componentes de Risco Climático:

- Exposição:** Avaliação da vulnerabilidade das principais atividades geradoras da região em relação aos impactos das mudanças climáticas.
- Vulnerabilidade:** Avaliação da capacidade das comunidades locais de lidar com os impactos das mudanças climáticas.
- Impactos:** Avaliação dos impactos das mudanças climáticas nas principais atividades geradoras da região.

Fonte: Elaboração própria.

Componente de Risco Climático	Avaliação
Ameaça	Alta e muito alta de se concretizar
Exposição	Alta
Vulnerabilidade	Alta
Impactos	Alto
Avaliação de Risco Climático do Eixo 2	Alto risco e necessidade de ação

MEDIDAS PRIORITÁRIAS DE ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA

MEDIDA 2.1
Elaboração de Plano Regional de Investimento em saneamento básico para assegurar a balneabilidade

ENFOQUE EM GÊNERO E DIREITOS HUMANOS
Identificação de carências e problemas enfrentados pelos diferentes grupos sociais (homens, mulheres, crianças, jovens, pessoas idosas); Priorizar regiões mais vulneráveis para investimento

GRAU DE PRIORIDADE

Alta

ATIVIDADES ENVOLVIDAS

- Realização de diagnóstico integrado, identificação de carências e problemas, conhecimento quanto às iniciativas de abrangência regional e os esforços municipais relacionados ao tema do saneamento, com foco na balneabilidade. Identificação de desafios e prioridades por regiões (galafias, aglomerados informais/subnormais);
- Integração de dados na Plataforma AVA (Ambiente Virtual de Análise), geração de banco de dados e utilização de portal para comunicação com as pessoas e instituições interessadas;
- Mapeamento de organizações da sociedade civil relacionadas ao tema ambiental (consultar conselhos gestores da APAM-LC e outras UC);
- Participação da sociedade civil e academia por meio de consulta popular sobre prioridades para investimento em infraestrutura de saneamento básico;
- Captação e identificação de recursos (todos os municípios precisam de planos municipais de saneamento básico integrado - criar um plano regional pode substituir os municipais);
- Capacitação e treinamento, inclusive para pessoas técnicas de prefeituras, com inclusão de participação para todos os grupos sociais por meio do uso de cetes, possibilitando estrutura para participação das capacidades;
- Consulta pública para participação popular na inclusão de medidas e soluções conjuntas;
- Contratação dos serviços e execução de obras;
- Monitoramento dos conflitos por água, verificação de soluções adequadas considerando mediação e proteção das populações, pois é comum existir violência por conta do acesso a recursos naturais;
- Saneamento básico para assegurar a balneabilidade – coleta de esgoto, varrição, drenagem urbana, coleta de resíduos.

ODS RELACIONADOS



Para cada eixo haverá medidas e um item específico, que é o Plano de Ação para Monitoramento das Medidas de Adaptação e Resiliência.

PLANO DE AÇÃO PARA O MONITORAMENTO DAS MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA



Metrica L1	Autonomia, atualização e implementação do Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais da Região Metropolitana da Baixada Santista com participação social e foco nas perspectivas de direitos humanos, gênero e proteção baseada em ecossistemas.
Metas da medida	<ol style="list-style-type: none"> Participação de 3 municípios da RMBS; Realizar uma reunião por mês; Realizar pelo menos 1 vez por ano apresentações/consultas sobre Direitos Humanos, Gênero e AD para participantes do PDPC; Atualizar o plano de trabalho 3 vezes por ano; Participação de pelo menos 1 representante de aglomerados subnormais por município (representante do NUDEC local) e 1 representante de comunidade com trabalho no área;
Indicadores	<ol style="list-style-type: none"> Número de municípios participantes; Número de reuniões realizadas; Número de apresentações/consultas; Número de atualizações do plano de trabalho; Número de pessoas participantes, desagregado por sexo/idade/município, estado, sociedade civil, universidade;
Informações e dados necessários/Formas de monitoramento	Atas de reuniões, listas de presença
Formatos de organização e periodicidade de coleta de dados e informações	Atas de reuniões, listas de presença
Responsáveis	Secretaria executiva do GAEE PDN BS

Resumo das informações do plano de ação, incluindo o objetivo, as metas, os indicadores e os responsáveis.

Metrica 2.1	Elaboração de Plano Regional de investimento em saneamento básico para assegurar a balneabilidade
Metas da medida	1. Todas as praias em condições apropriadas para banho ao longo dos 365 dias por ano.
Indicadores	1. Percentagem de Balneabilidade de praias classificadas como próprias pelo Boletim da CETESB.
Informações e dados necessários/Formas de monitoramento	Boletim da balneabilidade das praias paulistas - CETESB
Formatos de organização e periodicidade de coleta de dados e informações	Contatos pela CETESB, semanalmente
Responsáveis	CETESB



Há também o Plano de Ação para Avaliação das Medidas de Adaptação e Resiliência, onde verificamos se a ação cumpriu o que se propunha. Por fim falou da Estratégia de Comunicação do Plano e seus Resultados.

PLANO DE AÇÃO PARA A AVALIAÇÃO DAS MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA

O plano de ação para a avaliação das medidas de adaptação e resiliência visa avaliar, periodicamente, o resultados das medidas definidas, possibilitando ajustar as atividades previstas no PRARC-BS e obter aprendizados sobre o processo

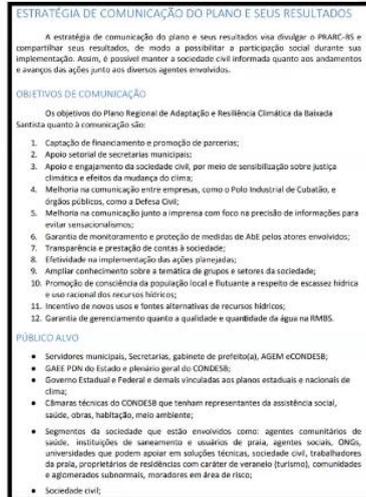
Ciclo de avaliação de medidas do Eixo 1	1. Anual - correção e melhoria do plano de trabalho 2. Semestral (estagem e chuvoso - PPDC) - correção e melhoria do funcionamento do sistema 3. Semestral (estagem e chuvoso - PPDC) - correção e melhoria do funcionamento do sistema
Objetivo	1. Correção e melhoria do Plano de Trabalho; 2. Correção e melhoria do funcionamento da NUDEC; 3. Correção e melhoria do funcionamento do sistema.
Responsáveis	<ul style="list-style-type: none"> Secretaria executiva do GAEE PDN BS; Defesa Civil municipais; GT na câmara temática de Defesa Civil do CONDESB.
Processos de comunicação dos resultados	Apresentação trimestral pro GAEE PDN do estado e para plenário geral do CONDESB; Apresentação das medidas que vão ser implementadas nos aglomerados (quando houver medida específica); Apresentação semestral para secretarias com as quais as DC estão vinculadas e gabinete prefeitura) e AGEM/CONDESB (otimizar com a apresentação do PPDC que já ocorre) DC municipais

Ciclo de avaliação de medidas do Eixo 2	Quanto a medida 2.1: Semanalmente. Cumprimento dos padrões de qualidade da água para balneabilidade em todas as praias da região; Quanto a medida 2.2: Anual ou Bimestral; Quanto a medida 2.3: Ciclos de avaliação devem estar alinhados aos ciclos de revisão do Plano de Mobilidade Regional; Quanto a medida 2.4: A cada dois anos. Realização dos eventos, garantir o alcance das informações divulgadas, assim como um número relevante de parceiros e colaboradores engajados.
Objetivo	Quanto a medida 2.1: Alcançar condições apropriadas para banho em todas as praias ao longo dos 365 dias do ano. Quanto a medida 2.2: Restauração de 100% dos ecossistemas degradados; Quanto a medida 2.3: Solução de gargalos da mobilidade. Revisão e análise a partir de lente climática quanto à adaptação dos planos: <ul style="list-style-type: none"> PDZ do porto - área federal 2020 PAM-TL - Plano de Ação da Macrometropole de Transporte e Logística 2021



ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO DO PLANO E SEUS RESULTADOS

A estratégia de comunicação do plano e seus resultados visa divulgar o PRARC-BS e compartilhar seus resultados, de modo a possibilitar a participação social durante sua implementação.

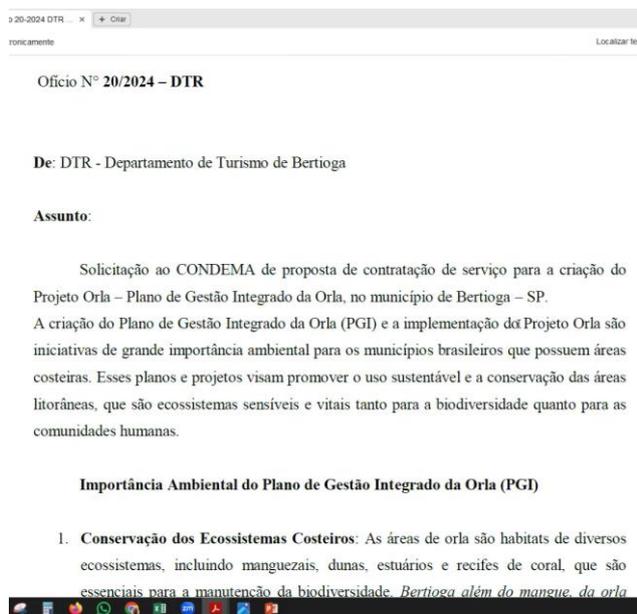


Finalizou registrando que esse assunto é bastante importante. O documento está disponível no link <https://agem.sp.gov.br/wp-content/uploads/sites/4/2023/04/20221212-SUBSIDIOS-PRARC-BS.pdf>. O entendimento que temos é de que o Plano está pronto. Precisamos entender qual ação tomar para sair de subsídios e torná-lo Plano Regional. Vamos trabalhar a participação popular. Fez essa apresentação na Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento do CONDESB e achou pertinente trazer o assunto ao conselho. A Diretora de Educação Ambiental, Sra. Mylene, percebeu que este é um item específico do Município Verde Azul e o município precisará realizar. Não só isso, mas para que tenhamos de fato um documento na Baixada Santista onde possamos nos apoiar, tendo previsões voltadas às questões climáticas.

Abriu a palavra aos conselheiros, que conversaram e dirimiram dúvidas. O conselheiro Moacyr levantou questionamento sobre a necessidade da criação de Leis e o Sr. Presidente explicou que não é preciso criar uma lei. Basta aprovar o Plano no âmbito do CONDESB para que cada município, e em alguns casos até o Governo do Estado, providencie a implementação das ações. Informou que, a pedido dos Secretários da BS, assumiu a coordenação da Câmara Temática de Meio Ambiente e Saneamento da Baixada Santista, câmara extremamente importante. O conselheiro Paulo Velzi registrou que nem empresas nem governos receberão investimentos se não estiverem cumprindo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entende que precisamos ter um Plano Municipal de Sustentabilidade e Bertioga tem condição de pleitear muitos investimentos. Parabenizou o trabalho e disse que esse é o caminho. O Sr. Presidente concordou e disse que a equipe da SM tem consciência do que é preciso, mas faltam recursos humanos para trabalhar tantas demandas. Daí estabelecemos prioridades, como a atualização do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; o Plano Municipal de Educação Ambiental, documento extremamente importante que dará subsídio para todo o resto; o Plano Municipal de Mata Atlântica, que dará subsídio para o Plano Regional de mudanças climáticas. São diversas ações em que precisamos avançar, porém cientes da realidade. Finalizados estes trabalhos, avaliaremos a possibilidade do Plano Municipal, contemplando também essa questão crédito de carbono. O conselheiro João Carlos falou que participou com o Sr. Presidente e com o Sr. Cambito, então Diretor da Defesa Civil e afirmou que o plano ficou muito bom, porém é bastante complexo, exigiu muita informação, compor planilhas, várias ações e

várias realidades de cada município. Em relação ao MP, pontuou que este pede a participação popular, porém são questões extremamente técnicas e complexas até mesmo para os profissionais envolvidos. Falou também da necessidade de melhorar a estrutura da Defesa Civil. O Sr. Presidente falou que o desafio agora é entender os questionamentos do MP e criar estratégia para atender. O tema foi previsto quando da atualização do Plano Diretor, onde consta que o município deve formar uma comissão para trabalhar a questão de mudança climática. Por meio dessa comissão poderemos fazer o Plano Municipal. Até o final do ano deixaremos tudo encaminhado. A Diretora de Educação Ambiental, Mylene Lyra corroborou a fala do conselheiro João Carlos quanto à necessidade de melhor estruturar a Defesa Civil. O conselheiro Paulo Velzi aventou a possibilidade de trazer a Defesa Civil para o Meio Ambiente. A Sra. Mylene respondeu que, independentemente de onde esteja a Defesa Civil é necessário ter pessoal, ter técnicos que sejam responsáveis para poder realizar as ações. O conselheiro João Carlos complementou que eles precisam de uma estrutura melhor, com equipamentos e bancos de dados para que atuem na prevenção, no planejamento, meteorologia. O conselheiro Paulo Velzi disse que deve partir do CONDEMA a solicitação de melhor estruturação da Defesa Civil. O Sr. Presidente afirma seu comprometimento com a população, com a sociedade, com a administração pública. Abrimos processo para criação dessa comissão, retomaremos a formatação dessa comissão e pediu apoio para prosseguir pelo CONDEMA. É assunto multidisciplinar, que envolverá várias secretarias, Turismo, Obras, Fazenda, Planejamento, mas entende que à frente deve estar o CONDEMA.

- 2. Apresentação do Plano de Gestão Integrada da Orla – PGI:** O Sr. Presidente compartilhou em tela Ofício 20/2024-DTR (Diretoria de Turismo) solicitando apoio do conselho para criação do PGI; convidou, então, o Sr. Filipe Sofiati para apresentar o plano e explicar sua importância.



O Sr. Filipe iniciou a apresentação agradecendo o espaço e explicou que o PGI faz parte do Projeto Orla, Lei de 2001, que teve vários desdobramentos ao longo do tempo. Hoje queremos desenvolver parte do Projeto Orla no município, que é o chamado Plano de Gestão Integrada. É chamado assim porque integra as atividades desenvolvidas na orla do município com as atividades das cidades vizinhas.

Explanou sobre a importância do PGI e seus principais focos: conservação dos ecossistemas costeiros; prevenção da erosão costeira; proteção dos recursos hídricos; mitigação das mudanças climáticas.

Falou que o PGI é um plano ambiental, com origem no Projeto Orla, e todas as demandas, estudos, critérios, zoneamento são focados para conservação pelo monitoramento, bem como a questão de avaliação, que abrange a fiscalização também. Resumindo: é um Plano Diretor de Meio ambiente da Costa de Bertiooga. A partir desse estudo do PGI serão criadas regras, leis, procedimentos, normas de fiscalização, zoneamento, etc.

Como conceito histórico, em dezembro de 2018, fizemos convênio entre a PMB e a SPU, onde a responsabilidade de monitoramento e fiscalização ambiental é passada para o município, como também passa a gestão de dois tipos de atividades que já ocorriam na faixa de areia: eventos na praia, como casamentos por exemplo; e algumas construções, como quiosques, torre do corpo de bombeiros, dentre outras estruturas construídas próximas à faixa de areia. Também temos o poder de cessão de uso e permissão de uso (eventos temporários na faixa de areia por até 90 dias de uso). Recursos advindos dessas atividades, como as taxas, vem para o município. Turisticamente também conseguimos fazer a gestão dessas atividades na faixa de areia. Podemos fomentar, organizar e ordenar. O PGI é construído de maneira semelhante ao Plano Diretor.

Primeiro é feito **Diagnóstico Ambiental** com descrição de ecossistemas, biodiversidade, geomorfologia, hidrografia, clima. Trabalhamos a questão de Uso e Ocupação do Solo para entender como funcionam as atividades econômicas vinculadas à zona costeira. Essa zona costeira está dentro do município, mas é território da União, regida por leis federais. O PGI nos dá autonomia para criarmos nossa própria legislação, nosso regulamento, nossas restrições, sempre obedecendo as leis federais. É feito estudo de habitação e infraestrutura que alcançam a faixa de areia; também a parte de serviços, como carrinhos de praia. Conflitos de uso e ocupação como áreas de risco, impacto ambiental, uso e ocupação irregular da zona costeira.

Prosseguiu explanando sobre **Diretrizes e Objetivos**. Hoje a diretriz geral é a conservação ambiental de forma sustentável. Não vai impedir o uso da faixa de areia e áreas correlatas mas vai propor que isto seja feito de forma sustentável. Isto é feito através de metas. O zoneamento ambiental tem ações de curto, médio e longo prazo. O PGI também servirá como instrumento jurídico para o firmamento de **Parcerias e Financiamentos**. A parceria mais importante para nós será com Universidades. **Monitoramento e Avaliação**. O PGI possui indicadores de desempenho que mostrarão se estamos ou não cumprindo as metas. **Participação do Controle Social**. Algumas estratégias são desenvolvidas para a participação ativa da comunidade local, dentre elas o próprio conselho. No conselho de Meio Ambiente teremos uma equipe que fará o acompanhamento da construção do PGI, aprovando ou não suas fases. Haverá também um conselho de órgãos estaduais e federais que participará ativamente desta construção e aprovação. O PGI precisa ser aprovado pelo Estado e pela Federação, que avaliará se o plano segue todas as diretrizes federais.

Plano de Contingência. Este último ponto refere-se à prevenção de resposta à desastres. Faz parte do PGI o desenvolvimento de alguns planos de contingência para enfrentamento de desastres naturais.

Em resumo, a partir do momento em que tivermos esse plano, que cria diretrizes, conseguimos inserir nele o turismo e desenvolvê-lo também de forma sustentável. Para mantermos o convênio da SPU com o município, recebemos prazo de 4 anos para desenvolver esse PGI, que é obrigatório ser elaborado pelo município. Porém, tivemos o período de pandemia e esse prazo se prorrogou. Não conseguimos realizar dentro do prazo e agora fomos notificados pela SPU para entregar o PGI.

Tanto pelo meio ambiente quanto pelo turismo, temos hoje muitas restrições exatamente pela falta de legislação, como é o caso da fiscalização na faixa de areia. Nossas normas são antigas e não preveem diversas situações. O investimento para a elaboração deste plano fica em torno de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). É obrigatório ter uma pessoa qualificada pela União para ser interlocutor. Esse valor já inclui o transporte de pessoas para as audiências públicas e acreditamos que serão de 3 a 4 pontos ao longo do litoral onde serão realizadas as audiências e feitos os estudos com as comunidades; a questão indígena será considerada; a parte de pesca também. Outra vantagem é a questão da lâmina d'água, sobre a qual atualmente não temos gestão nenhuma. Questões como velocidade de embarcações no Canal de Bertiooga, paragem de embarcações, são questões importantes para as quais precisamos de regramento. O PGI é o primeiro passo para a solução de uma série de problemas recorrentes que temos no município.

O Sr. Presidente abriu a palavra aos conselheiros. O conselheiro Moacyr afirmou que vários itens explanados estão em sintonia com o Plano Municipal da Mata Atlântica. A conselheira Marisa perguntou qual a interface do PGI com o gerenciamento costeiro. O Sr. Presidente respondeu que faz parte do GERCO e na primeira reunião deste ano tratamos dos PGIs e da importância de termos esses planos. Tudo está convergindo para a questão do zoneamento. O que previrmos no PGI será considerado no GERCO. A conselheira deixou como sugestão envolver o pessoal do Gerenciamento Costeiro, para que haja ciência do que está sendo feito no município. Os conselheiros conversaram por mais um tempo e dirimiram suas dúvidas. O Sr. Presidente esclareceu que, em que pese o recurso seja aprovado pelo CONDEMA, todo o processo de execução, gestão e acompanhamento será realizado pela Secretaria de Turismo. O conselheiro Paulo Velzi disse ser testemunha da luta da ST para implantação desse plano. Falou sobre a necessidade de se conversar sobre o comércio de praia, que é grande problema para o município, pois esse serviço é muito ruim e prejudicial ao meio ambiente. Disse que solicitará que uma audiência seja realizada na Riviera. Falou que o plano tem que ter participação popular, especialmente onde o problema ocorre. O Sr. Presidente agradeceu pela apresentação e pelos comentários de todos. Falou que o recurso será submetido à aprovação na pauta FUNESPA.

3. **FUNESPA:** o Sr. Presidente apresentou a conciliação bancária XXª Reunião do Conselho Diretor do FUNESPA referente à prestação de contas mostrando extrato do mês de **JUNHO**, totalizando saldo de R\$ 4.336.620,07 (quatro milhões, trezentos e trinta e seis mil, seiscentos e vinte reais e sete centavos). Sendo na conta Nº 65-8 R\$ 4.068.335,30 (quatro milhões, sessenta e oito mil, trezentos e trinta e cinco reais e trinta centavos) e na conta aplicação Nº 14192-0 R\$ 268.284,77 (duzentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos).

Explicou que houve a reunião do Conselho Diretor do FUNESPA e não aprovaram as contas em razão do apontamento de uma saída por transferência financeira – reembolso IR/ISS Maio 24 no valor de R\$ 11.061,66. Em razão do Sr. Ivan, representante da DFI, estar em gozo de férias, não tivemos como levantar o motivo dessa saída. Entendemos por bem, então, deixar essa aprovação para o próximo mês.

Na sequência, resumiu a explicação já apresentada pelo Sr. Filipe Sofiati na primeira pauta. Falou que a prefeitura precisa elaborar o PGI, que é obrigatório e já deveria ter sido entregue. A ST solicitou apoio do CONDEMA, através do FUNESPA, para que aprovássemos o recurso para contratação da consultoria para elaboração do estudo visando a elaboração do PGI. Submeteu à plenária aprovação do recurso no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

A reunião concluiu com a deliberação sobre valor de **R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)** que foi **APROVADO** por unanimidade pela Plenária.

4. Assuntos Gerais:

a. **Conselheiro Moacyr**: disse ter participado de algumas reuniões referentes a meliponicultura e, pesquisando sobre isso, verificou necessidade governamental de incentivar. Para isso precisamos coletar dados para entender o universo do município e adjacências, avaliar e quantificar. Sugeriu fazer esse levantamento de dados para verificar o que é necessário para incentivar essa cultura no município. A proposta é estabelecer um primeiro estudo de qualificação e quantificação dessa cultura no município. O Sr. Presidente respondeu que este assunto já vem sendo tratado na SM há algum tempo. Tivemos um acordo de cooperação técnica com a Associação de Meliponicultores do Estado de São Paulo - AMESAMPA e estamos discutindo a renovação desse termo. Temos o objetivo de ter uma central de beneficiamento de mel no CEA. Como o próprio conselheiro falou, precisamos entender toda a cadeia, saber quem são os agentes para podermos renovar o Termo de Cooperação. É importante ter o Ricardo conosco. Ele é referência da meliponicultura, envolvido diretamente com o pessoal da EMBRAPA. A Sra. Renata de Brito, Chefe da Divisão de Gestão do CEA explicou que já fizeram contato com o pessoal do SENAR e em breve eles farão visita técnica aqui no CEA. Iniciaremos um movimento com o pessoal que já temos cadastrado e abriremos aos demais interessados. Então é um movimento de formação e acompanhamento técnico nas próprias propriedades dos meliponicultores.

b. **Conselheiro Juarez**: pediu atualização sobre a situação da coleta seletiva. O Sr. Presidente pediu ao Sr. Itamar, Chefe da Divisão de Coleta Seletiva, para

explicar a situação. O Sr. Itamar informou que em 12/7/2024 foi assinado o contrato e no dia 15/7/2024 foi assinada a ordem de serviço e no dia seguinte a coleta seletiva teve reinício na cidade. Desde o dia 16/7/2024 os caminhões já estão na rua coletando. Foi feito pequeno ajuste na rota anterior dos caminhões, pois neste contrato contamos com apenas dois caminhões disponibilizados para este serviço. Houve um problema com a gaiola do caminhão Ford. Ela quebrou. Pedimos apoio para a Secretaria de Serviços Urbanos, que nos cedesse um caminhão até o próximo dia 31/7/2024 (amanhã). Em relação ao processo de compra emergencial da gaiola, já foi feita toda instrução necessária esperamos tramitação com celeridade na Diretoria de Licitação e Compras. Entre hoje e amanhã teremos ainda dois caminhões atuando na cidade. A partir do dia 1/8/2024 somente um caminhão. O Sr. Presidente resumiu explicando que tivemos problema na carroceria do caminhão Ford Cargo e imediatamente foi paralisada a operação com esse caminhão. Pedimos apoio à SU, que nos ajudou com um caminhão. A estrutura precisará ser toda trocada, toda a carroceria gaiola será comprada nova. Já está em processo de licitação. Estamos usando recurso próprio da SM para isso em caráter emergencial. Assim que finalizarmos a licitação a empresa entrega em trinta dias a nova carroceria. De outro turno, está trabalhando a compra de caminhões, um ou dois, que utilizaremos parte de recurso que temos em conta. Está aguardando retorno do MP Federal. Talvez seja necessária contrapartida, mas teremos condições de atender melhor a sociedade. A cooperativa, em 10 dias, tem coletado entre 2,5 e 3 toneladas/dia de material, valor já bastante aproximado ao que a antiga cooperativa coletava. Marcaremos uma visita técnica dos conselheiros do CONDEMA e do COMSAIB ao CGBR. Estamos aguardando a Diretoria de Comunicação para fazermos uma comunicação institucional. Estamos em processo eleitoral e precisamos tomar cuidado em como informar isso sem incorrer em desrespeito às leis. O conselheiro Paulo Velzi falou que é importante acompanharmos a administração da nova cooperativa para evitar problemas. O Sr. Presidente falou que esteve em reunião com a Dra. Flávia só para tratar de coleta seletiva. Transmitiu a felicidade dela em saber que novamente Bertioga é referência e parabenizou os envolvidos pela condução dos trabalhos. O Sr. Itamar já fez o pedido para compra de LEVs, pois tivemos grande prejuízo, perdendo metade deles. Teremos que fazer trabalho de reinserção desses LEVs, que são mecanismo muito importante na coleta. Em breve teremos novidades em relação ao lixo orgânico também. No futuro precisaremos fazer a modernização da Central de Triagem e da área de transbordo.

- c. **Conselheiro João Carlos**: pediu informações sobre previsão de início da Operação Delegada. O Sr. Presidente respondeu que depois de muitos estudos e apresentação de previsão orçamentária para 2024, 2025 e 2026, conseguimos comprovar através de planilhas que tínhamos condição de suportar a despesa, que é uma ação continuada. Tivemos que fazer estudo de impacto financeiro. Depois de finalizarmos todo o processo, encaminhamos para o gabinete, para colher assinatura do prefeito. Fomos surpreendidos com a informação de que eles estavam analisando juridicamente porque a assinatura do convênio junto ao governo do Estado poderia caracterizar despesa com pessoal, que é proibida em

período eleitoral. Desde então estamos em contato com o pessoal da Polícia Ambiental do Estado, com o Departamento Jurídico deles e com o Departamento Jurídico da PMB. Ontem no final da tarde houve reunião de Secretários e esse foi um dos assuntos abordados. Na questão jurídica, provavelmente tenhamos que pedir autorização da Justiça Eleitoral para assinar o convênio, de modo que não incorramos em problemas para a administração pública. O conselheiro Paulo Velzi lembrou que esta é uma época com muita ocorrência de invasões. O Sr. Presidente confirmou e explicou que a DOA vem trabalhando com afinco nessas ocorrências. Informou que o Sr. Ezequiel deixou o cargo de Diretor do departamento e quem assumiu o cargo provisoriamente foi o Sr. Marcelo Nehme, fiscal efetivo da SM. Ele tem ajudado muito tanto na parte operacional quanto na parte documental, de procedimentos administrativos, pois tem bastante experiência e conhecimento. Mostrou imagens da ação realizada hoje pela manhã no bairro Vista Linda.

A próxima reunião foi agendada para o dia 27 de agosto de 2024. Nada mais havendo para tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Cinthia Pestana Gomes (.....), lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e achada conforme, foi aprovada pelo Presidente e demais membros presentes. É parte integrante desta ata a Lista de Presença.

Bertioga, 30 de julho de 2024.

Eng.º FERNANDO ALMEIDA POYATOS

Secretário de Meio Ambiente
Presidente do CONDEMA

Marisa Roitman

SMA – suplente

André Rogério de Santana

DHA – titular

João Carlos dos Santos Lopes

SM – titular

José Carlos Cavalcanti de Melo

SU – titular

Filipe Toni Sofiati

PMB – suplente

Paulo Roberto Maria Velzi

AEAAB – titular

Juarez Michelotti

SESC – titular

Moacyr Pereira Lima

A. A. Guaratuba – titular

LISTA DE PRESENÇA
DA 276ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA – 2024 (VIRTUAL)

INSTITUIÇÃO	CONSELHEIRO	ASSINATURA
SM Presidente	Fernando Almeida Poyatos	Presente
REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO		
1. FF	Maria de Carvalho Tereza Lanza	-----
	<i>Juliana Ferreira de Castro</i>	-----
2. SMA	João Thiago Wohnrath Mele	-----
	<i>Marisa Roitman</i>	Presente
3. SM	João Carlos dos Santos Lopes	Presente
	<i>Ezequiel Celestino de Moura</i>	-----
4. SU	José Carlos Cavalcanti de Melo	Presente
	<i>Maurício dos Santos Souza</i>	-----
5. ST	Ney Carlos da Rocha	-----
	<i>Filipe Toni Sofiati</i>	Presente
6. DHA	André Rogerio de Santana	Presente
	<i>Pollyana Estefany Boletti</i>	-----
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL		
a) Entidades civis de Assoc. de Moradores, Associações Benéficas ou Clubes de Serviço		
7. SESC	Juarez Michelotti	Presente
	<i>Marcelo Bockermann</i>	-----
8. F. 10 de Agosto	Luiz Augusto Pereira de Almeida	Justificou
	<i>Keila Seidel de Almeida H. Vallongo</i>	Justificou
9. AMAB	Maria Inês Verdiani de Carvalho	-----
	<i>Maria José Ribeiro de Matos</i>	-----
b) Entidades civis voltadas à preservação do meio ambiente		
10. A. A. Guaratuba	Moacyr Pimenta Lima	Presente
	<i>Carlos Eduardo Montini</i>	-----
11. F. Costa Norte	Ronaldo Berlofi Zeidan	-----
	<i>Felipe Pacheco Fernandes</i>	-----
c) Entidade civil de Associação de Profissionais Liberais		
12. AEAAB	Paulo Roberto Maria Velzi	Presente
	<i>Nelson Antonio Portéro Júnior</i>	-----

LISTA DE PRESENÇA
DA 276ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA – 2024

	Nome por extenso	Instituição (se for o caso)
1.	Mylene Vaz Pinto Lyra	Diretora de Educação Ambiental
2.	Renata de Brito	Chefe da Divisão de Gestão do CEA
3.	Itamar Ribeiro dos Santos	Chefe da Divisão de Coleta Seletiva
4.	-----	
5.	-----	
6.	-----	
7.	-----	
8.	-----	
9.	-----	
10.	-----	
11.	-----	
12.	-----	
13.	-----	
14.	-----	
15.	-----	
16.	-----	
17.	-----	
18.	-----	
19.	-----	
20.	-----	